

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: ALGUNS DESAFIOS

Márcia Angela Aguiar*

Uma das questões mais candentes que hoje se coloca no processo de democratização da sociedade brasileira é, sem dúvida, a questão da gestão democrática da educação.

Trata-se de uma problemática nova que emerge no bojo da própria movimentação da sociedade civil e da reorganização do aparelho estatal em face das exigências suscitadas pelas determinações sócio-político-econômicas da conjuntura atual.

De fato, a administração da educação vem tradicionalmente se desenvolvendo no interior da burocracia estatal tecnocrática calcada nos interesses dos grupos que têm conseguido fornecer os principais elementos do projeto da sociedade vigente. Assim, aos rumos que o padrão do desenvolvimento capitalista impôs ao Brasil corresponderam formas de gerir a coisa pública de maneira concentracionista e autoritária, inclusive no âmbito da educação, tal como se pode constatar na análise da história brasileira a partir de 1930, salvo os raros momentos em que a hegemonia das elites se viu ameaçada pelo avanço das forças populares.

Este padrão de administração tecnocrática, determinado pelas condições históricas do País, busca legitimar-se nas concepções teóricas de base positivista que "privilegiam a racionalidade técnica na suposição de uma sociedade harmônica, em que os conflitos podem ser resolvidos mediante procedimentos meramente técnicos".

* Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e atualmente Diretora da Diretoria de Desenvolvimento e Normas da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Evidentemente, tais concepções, aliadas ao clientelismo político crônico que impera na administração do setor público, contribuíram para a consolidação deste padrão de gestão, que apresenta características similares, tanto na instância macro quanto a nível das unidades escolares, a saber: excesso de pessoal, duplicidade e fragmentação de ações, dispersão e má aplicação dos recursos financeiros, desarticulação entre setores, centralização e autoritarismo.

Convém observar, aliás, que para gerir a máquina governamental nestes moldes, o Estado passa também a interferir diretamente na formação de seus quadros, nos anos 70, como se constata no caso da formação dos dirigentes escolares de 1º e 2º graus, a partir da reformulação do curso de pedagogia (Parecer nº 252/69), que originou as habilitações pedagógicas, entre elas, a administração escolar. Como afirma Saviani "com isso ficou diluída a formação básica, a fundamentação teórica, em benefício da formação de técnicos em habilitações que, entretanto, carecem de especificidade quer teórica (epistemológica), quer prática (empírica)". Esse curso passa a formar o especialista em educação, no caso, o administrador escolar, com a função específica de organizar, coordenar e controlar o processo administrativo nas escolas, predominando nessa formação, evidentemente, os mesmos princípios teóricos que fundamentam a prática administrativa de caráter funcionalista.

Vale destacar, no entanto, que o avanço dos segmentos organizados da sociedade civil tem conseguido, nos últimos anos, ampliar consideravelmente, o espaço da expressão dos interesses das classes subalternas na condição das políticas públicas, em que pese a contradição e ambigüidades que o período da chamada "transição democrática" encerra.

No campo educacional isto também se manifesta, acarretando consequências importantes nos diversos níveis e instâncias da administração. Neste particular é importante ressaltar que as novas formas de gestão

que advirão para a educação irão refletir os resultados das disputas e do debate político que atualmente se dão nas várias instâncias sociais, inclusive na instância educacional.

Com efeito, pode-se observar que nos Estados em que os interesses das classes subalternas encontram formas de expressão, novos desafios se colocam para a materialização dos propósitos democráticos.

Um deles diz respeito à pressão dos movimentos sociais que reivindicam o atendimento de seus interesses imediatos e que se traduzem, na maior parte das vezes, na área educacional, em demanda de construções escolares, de forma a possibilitar o acesso aos excluídos da escola.

Um segundo desafio concerne ao combate sistemático que entidades organizadas dos setores populares fazem aos governos de caráter progressista, partindo do princípio de que é necessário pressionar sempre, denunciar constantemente, uma vez que todo e qualquer governo é igual e se coloca contrariamente aos interesses dos setores marginalizados.

O último desafio prende-se ao fato da administração se deparar com o movimento de setores sociais organizados que ultrapassam o caráter das demandas puramente reivindicativas e corporativistas algumas vezes, e avançam no sentido de ter assento nas instâncias que formulam as políticas, buscando participar e controlar a ação do Estado.

Este último parece ser o desafio mais novo que se coloca para a administração da educação: a participação de setores organizados da população na gestão e controle do Estado.

Sem dúvida que essa nova postura dos movimentos sociais ainda é embrionária, mas se apresenta como uma via extremamente promissora para a construção da democracia. Promissora e difícil. Promissora porque aposta na direção da descentralização do poder, que se apresenta extremamente concentrado nos órgãos de administração dos setores sociais. Difícil porque na tradição da administração da educação brasileira não se tem ainda experiências consolidadas que possam servir de parâmetro para a efetividade do processo democrático de gestão.